



Brasília, Fonte Arquivo Público do Distrito Federal

“Seu doutor, eles nem parecem gente”: a outra história da “Coluna Prestes”, 100 anos depois

Gustavo Marques |



Revista
Instituto Histórico Geográfico do Distrito
Federal

“Seu doutor, eles nem parecem gente”: a outra história da “Coluna Prestes”, 100 anos depois

Gustavo Marques¹

Recebido/Recibido/Received: 15/02/2025

Aceito/Aceptado/Accepted: 20/02/2025

Publicado/Publicado/Published: 23/05/2025

Resumo: O presente artigo tem por finalidade apresentar um retrato crítico da chamada “Coluna Prestes”, em seu centenário. Com base em pesquisa bibliográfica, trata-se de se contrapor à versão historiográfica “oficial”, vigente durante décadas, apresentando uma visão factual e analítica que enfatiza aspectos pouco explorados e/ou mencionados pela historiografia alinhada ideologicamente à Coluna, tais como a controvérsia sobre o nome do movimento; o excessivo militarismo de seus integrantes; e a violência dos rebeldes contra a população civil. Desse modo, pretende-se promover o debate sobre o real significado do movimento *tenentista*, em especial no que concerne à sua relação com a democracia e as aspirações populares.

Palavras-chave: Coluna Prestes. Tenentismo. República Velha. Democracia.

Abstract: The purpose of this article is to present a critical portrait of the so-called “Prestes Column”, on its 100th anniversary. Based on bibliographical research, it intends to oppose the “official” historiographical version, in force for decades, presenting a factual and analytical vision that emphasizes aspects little explored and/or mentioned by historians ideologically aligned with the Column, such as the controversy regarding the name of the movement; the excessive militarism of its members; and rebel violence against the civilian population. In this way, the aim is to promote a debate about the real meaning of the *tenentista* movement, especially with regard to its relationship with democracy and popular aspirations.

Keywords: Prestes Column. Tenentismo. Old Republic. Democracy.

No dia 11 de abril de 1925, uma coluna militar comandada pelo capitão do Exército Luiz Carlos Prestes uniu-se a outra, vinda de São Paulo, em Foz do Iguaçu (PR). Ambas surgiram, respectivamente, dos remanescentes da sublevação do Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo (RS), em 28 de outubro de 1924, e da Revolta Paulista de 5 de julho

¹ Historiador e diplomata, sócio acadêmico do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – IHG-DF (cadeira nr. 75, cujo patrono é Luís da Câmara Cascudo). Autor de *O Livro Negro do Comunismo no Brasil – Mitos e falácias sobre a história da esquerda brasileira* (Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2019).

daquele ano. Da junção das duas colunas iniciou-se uma marcha de 25 mil km pelo interior do Brasil, que atravessou 13 estados e só terminou mais de dois anos depois, com a dispersão de seus membros.

Considerada uma página épica da História nacional, a chamada Coluna Prestes marcou o auge do *tenentismo*, a série de rebeliões armadas de jovens oficiais militares (“tenentes”) contra os desmandos da República Velha (1889-1930), iniciadas com a Revolta do Forte de Copacabana (5 de julho de 1922). A marcha pelos sertões do Brasil, entre 1924 e 1927, é descrita em muitos livros como uma verdadeira epopeia, uma jornada heroica contra a opressão das oligarquias e em defesa da liberdade e dos direitos do povo. Nascia aí um dos mitos políticos mais duradouros da História do Brasil republicano, reproduzido em uma vasta bibliografia (LIMA, 1945; BASTOS, 1946; LANDUCCI, 1952; BARROS, 1953; CARNEIRO, 1965; SILVA, 1971; PRESTES, 1990, 2015; AMADO, 2011; CABANAS, 2014; SODRÉ, s.d.).

Sobretudo a partir dos anos 1970, apareceram diversos livros e estudos contestando a versão “heroica” da Coluna, narrada por seus integrantes ou admiradores. Em particular as obras de MACAULAY (1977), OTAVIANO (1979), MORAES (1984), BASBAUM (1986), DRUMMOND (1986, 1999), BRUM (1994), SANTOS (1994), MEIRELLES (1996) e REIS (2014) apresentam um retrato bem diverso da narrativa historiográfica predominante durante décadas, sublinhando aspectos até então negligenciados, como o militarismo do movimento e a violência dos rebeldes contra a população civil, e pondo em xeque lendas e falácias sobre a Coluna. Vejamos alguns desses mitos, que habitam o imaginário político brasileiro há um século.

Coluna Prestes ou Miguel Costa?

A mitologia em torno da Coluna Prestes começa com o próprio nome. Consagrada na historiografia oficial, a denominação permanece como um dos maiores mal-entendidos da História republicana do Brasil.

Em 1994, o ex-oficial da Força Pública de São Paulo e ex-militante comunista Davino Francisco dos Santos dedicou um livro, praticamente ignorado em boa parte da bibliografia acadêmica, a esclarecer esse ponto. Ele apresenta diversos dados que

revelam o maior poderio da Coluna Paulista, chefiada por Miguel Costa, em comparação com a fraqueza militar da “Coluna Rio Grande” (ou seja, a “Coluna Prestes”), argumentando que a tropa de Prestes não poderia ter “incorporado” os soldados paulistas às suas forças, ao contrário do que reza a lenda. Na realidade, ocorreu o oposto: sendo belicamente superiores, contando com as três armas (“Infantaria, Cavalaria e Artilharia, poderosamente armadas e municadas”), ao passo que a coluna de Prestes “tinha apenas Cavalaria, mal armada e municada”, *foram as tropas paulistas que incorporaram as gaúchas*. Além disso, a força de São Paulo era também numericamente superior, tendo chegado ao oeste do Paraná “com 3.800 homens bem armados, fartamente municados e aguerridos”, enquanto a de Prestes contava “com 800 homens, menos de 500 deles armados” (SANTOS, 1994: 17).²

Mais numerosas, mais bem armadas e mais bem equipadas, as forças paulistas eram, também, mais experientes: “desde a partida de São Paulo até a Serra do Medeiros, marcharam mais do dobro da Coluna de Prestes” (Idem, p. 18), em uma campanha “mais longa e extenuante que a dos rebeldes do Rio Grande do Sul” (Idem, p. 34) cuja tropa, além de menor e menos experiente, chegou a Foz de Iguaçu “faminta, dizimada e quase desarmada” (Idem, p. 10). Daí a maior preponderância da tropa paulista, até o fim da Coluna: “Se chegaram na Bolívia 620 homens da 1ª Divisão Revolucionária, após 2 anos, 8 meses e 28 dias de uma guerra de posição e de movimento, supõe-se que 470 pertenciam à Brigada ‘São Paulo’ e 150 à Brigada ‘Rio Grande’, aproximadamente”. Não surpreende, portanto, que alguns comandantes da Coluna, como Juarez Távora, considerassem uma injustiça chamá-la de “Coluna Prestes”, pois esta deveria denominar-se “Miguel Costa-Prestes” (Idem, pp. 18-9).

Além disso, havia a questão da hierarquia, algo central para os militares rebeldes: sendo major (depois, general), Miguel Costa tinha primazia sobre o capitão Prestes, seu chefe de estado-maior, função bem diferente da de um comandante de tropa.³ “Não conheço nenhum caso na História em que um Exército comandado por um general fosse

² Segundo o tenente João Cabanas, apenas 150 dos homens de Prestes estavam armados (CABANAS, 2014: 236).

³ “É conveniente lembrar aqui que, em linhas gerais, a função [de] um chefe-de-estado-maior de um exército é exatamente aquela que Prestes exerceu na Coluna Miguel Costa: planejar operações militares com base nas informações que lhe prestam as várias secções de um Quartel General, e submeter os planos à aprovação ou não do general comandante. Não é, de nenhum modo, o dono do exército” (SANTOS, 1994: 67).

batizado com o nome de um subordinado daquele general”, afirma Davino Francisco dos Santos (Idem, p. 58).⁴ E, mesmo em se tratando de um superior hierárquico, Costa mostrava-se reticente em acatar decisões que considerava equivocadas ou injustas, como ocorrera durante a Revolta Paulista em 1924, quando se recusou a ordenar uma retirada: “Ora, se o então major Miguel Costa não se submetera a uma determinação do general Isidoro, como iria ele, depois, sendo comprovadamente um destacado chefe da revolução de 5 de julho, submeter-se a um jovem capitão, vindo do Rio Grande, conduzindo 800 homens esfomeados e quase todos desarmados e sem munição?”, indaga Santos. “A Coluna de Prestes, vinda do Rio Grande do Sul, desapareceu no momento de sua inclusão na Coluna Paulista” (Idem, pp. 22 e 26).⁵

Essa constatação se choca frontalmente com a torrente de (des)informação que até hoje envolve o “mito Prestes”. Em especial com o que alega, por exemplo, a filha de Prestes, a historiadora Anita Leocádia Prestes, em sua tese de doutorado sobre a Coluna (PRESTES, 1990): “A superioridade das Forças Paulistas em relação à Coluna de Prestes manifesta-se em todas as comparações feitas entre elas [...]. E a insistência da professora Dona Anita Prestes, em afirmar que ‘os rebeldes’ paulistas foram incluídos ou absorvidos pela Coluna de Prestes, cai no ridículo” (SANTOS, 1994: 28).

A afirmação de que a “coluna de São Paulo” foi incorporada à do Rio Grande não procede, não tem cabimento, não é honesta. Um general e sua divisão composta das três armas não se incorporariam a uma coluna formada por 800 (?) homens, sendo menos de 500 armados. Um general de 38 anos de idade que, com sua divisão, durante oito meses, resistiu ao Exército Brasileiro comandado por três generais, ocupando cerca de um quinto do território do Paraná, não seria incorporado a uma tropa comandada por um capitão de 26 anos, tropa essa que vinha sendo batida e desarmada desde São Luiz Gonzaga, mesmo que ela tivesse maior efetivo, o que não ocorria. Nenhum dos três generais revolucionários, Isidoro, Padilha e Miguel se prestariam a isso.

A chamada Coluna Prestes nem sequer havia nascido ainda, quando o Exército Revolucionário de São Paulo já combatia no Paraná. É lamentável tal afirmativa! [...] Há uma

⁴ A Coluna estava assim estruturada – comandante: general Miguel Costa; chefe do estado-maior: coronel Luiz Carlos Prestes; subchefe do estado-maior: tenente-coronel Juarez Távora; comandantes de destacamentos: tenentes-coronéis João Alberto, Cordeiro de Farias, Djalma Dutra e Siqueira Campos (CARNEIRO, 1965: 298). José Augusto Drummond (1999: 34-6) lembra que “até o final de sua marcha a Coluna se considerou sob o comando supremo de Isidoro Dias Lopes e a própria decisão de encerrar a marcha foi referendada por ele”. Lopes era general do Exército.

⁵ Sobre a falta de armamento da coluna de Prestes, escreveu João Cabanas: “À tarde acampou conosco outro contingente rio-grandense, que marchava sob o comando do tenente-coronel João Alberto, passando à noite o resto da coluna gaúcha. Estando esta, por assim dizer, desarmada, foi a ela distribuído todo o armamento de que dispunha o general Miguel Costa” (CABANAS, 2014: 236). Nas palavras de Cabanas, a tropa de Prestes “se incorpora às forças revolucionárias paulistas” (Idem, p. 237).

tendência em todos os prestistas de exagerarem os feitos, atos ou qualidade[s] positivas de Prestes, em detrimento da verdade (Idem, pp. 65-6).

Um fato a ser destacado é a diferença de composição das duas colunas: “Na Coluna de Prestes havia grande quantidade de meninos de 12 a 20 anos. No Paraguai, até pensavam que se tratava de mulheres, pois eram imberbes. Além daqueles meninos, havia cerca de 50 mulheres na Coluna Prestes, vindas do Rio Grande (pág. 130 de Coluna de Prestes, de Moreira Lima), e um esquadrão de civis desarmados [...]. Até na composição das duas Brigadas, a de São Paulo era superior, porque seus elementos eram homens maduros, altamente instruídos militarmente, e profissionais”.

Mas, se a tropa comandada pelos paulistas era superior em número, hierarquia, armas e experiência, por que foi Coluna *Prestes* o nome que passou para a História? Há várias respostas.

Em primeiro lugar, Miguel Costa, embora superior hierarquicamente, não era do Exército, nem da Marinha: era militar da Força Pública (atual Polícia Militar). Portanto, era oficial de uma corporação que “fora transformada em um poderoso exército de um dos Estados da federação, instruído por uma missão militar de um exército estrangeiro durante longos anos” (Idem, pp. 32-3).⁶ Não era um fato de importância secundária: “Ora, diante de tudo isso, não era conveniente aos oposicionistas da oligarquia dominante que se destacasse o nome de um oficial de polícia na revolução de 5 de julho de 1924. [...] Era tarefa difícil encaminhar o Exército e o povo para apoiar um movimento militar dirigido por um oficial de polícia” (Idem, p. 34).

Na construção do mito do Prestes “comandante da Coluna” esteve presente, portanto, uma forte dose de corporativismo militar: “No diapasão próprio do espírito corporativo, particularmente forte no Exército, os colegas de farda faziam coro, apagando progressivamente a figura e a importância de Miguel Costa. Com efeito, não ficaria bem para jovens oficiais do Exército nacional serem lembrados como tendo sido comandados por um oficial da Força Pública, pois esta era considerada, do ponto de vista da Defesa

⁶ A rivalidade entre as forças militares e policiais se manifestava até em detalhes do cotidiano: “Enquanto o Exército brasileiro carregava o fuzil no ombro esquerdo, a Força Pública de São Paulo carregava-o no direito. O Exército Brasileiro fazia meia volta pela esquerda e o ‘Exército de São Paulo’ fazia pela direita. O Exército vestia o brim-kaki (amarelo) e a Força Pública vestia um brim verde-oliva, que o Exército usa hoje” (SANTOS, 1994: 32-3).

Nacional, uma força auxiliar e subordinada às Forças Armadas regulares” (REIS, 2014: 111).

Em segundo lugar, Miguel Costa não era o nome adequado para batizar a Coluna por uma razão nacionalista ou, mais precisamente, xenófoba: “Outro motivo contribuiu para que a Coluna não recebesse popularmente o nome que lhe era devido. O general Miguel Costa nasceu na Argentina”. Esse fato “também serviu para seus adversários tentarem empanar as glórias que lhe são devidas, como verdadeiro chefe das tropas que percorreram todos os quadrantes do Brasil, durante quase três anos”.

Finalmente, havia um motivo, digamos, moralista: “O general Miguel era desquitado. Mais um motivo, o terceiro, para que a imprensa oposicionista da época silenciasse sobre os feitos da Coluna Miguel Costa e criasse, para o povo, um general, um líder que realmente não estava à altura de tão intensa e persistente campanha de endeusamento” (SANTOS, 1994: 34-5).

Por tudo isso, é forçoso concordar com a seguinte afirmação: “A Coluna de Prestes nasceu em 28 de outubro de 1924, no Quartel do 1º Batalhão Ferroviário, em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, e morreu 5 meses e 11 dias depois, quando fora absorvida pela Coluna Miguel Costa ou 1ª Divisão Revolucionária, que lutou, em todo Brasil, durante 2 anos, 8 meses e 28 dias de marchas e combates” (Idem, pp. 39-40). Daí a conclusão lógica de que “a 1ª Divisão Revolucionária jamais deveria chamar-se Coluna Prestes. Insistindo muito, forçando bastante, poderia dizer-se Coluna Miguel Costa-Prestes” (Idem, p. 45).⁷

O mito do “cavaleiro da esperança”

O nome não é o único aspecto controverso da Coluna. A marcha constitui o momento fundador do culto da personalidade erguido nas décadas seguintes em torno de Luiz Carlos Prestes, o futuro líder supremo do Partido Comunista do Brasil, depois Partido Comunista Brasileiro (PCB), descrito como o “herdeiro espiritual da Coluna”

⁷ Prestes “não foi o único responsável por essa rebelião, uma criação coletiva dos tenentes. [...] Neil Macaulay, sem intenção de diminuir a importância de Prestes, considera que o comando da Coluna foi ‘coletivo’” (DRUMMOND, 1999: 38).

(BASBAUM, 1986: 234). Na biografia romanceada escrita por Jorge Amado, Prestes é louvado como “esse genial condutor do povo, esse chefe, líder indiscutido, obedecido e amado, em nenhum momento deixou de ser o mais humano e simples dos homens. Gênio militar e gênio matemático, o primeiro do seu povo, coração de aço, condutor e guia, o primeiro dos operários, o primeiro dos camponeses, o primeiro dos soldados e marinheiros, o primeiro também das outras camadas pobres da população, dos progressistas e dos patriotas sinceros, foi sempre, em todos os momentos, o mais doce, o mais bondoso, o mais amigo de todos os homens” (Apud FERREIRA, 2002: 249).⁸ Não por acaso, Leôncio Basbaum escreveu: “O livro de Jorge Amado – *O Cavaleiro da Esperança* – é apenas um poema de endeusamento pessoal de Luís Carlos Prestes, além de possuir o defeito, mais importante, de estar longe de corresponder à realidade” (BASBAUM, 1986: 234).

Entre os aspectos do culto a Prestes (o *prestismo*, que precedeu e foi além de sua adesão posterior ao comunismo) estava o do “gênio militar” que, no comando da Coluna, teria derrotado 12 generais. Quanto a isso, a imprensa da época derramou rios de tinta:

“PRESTES, MAIOR QUE ANÍBAL”, anunciavam em letras garrafais os jornais das grandes cidades. Diagramas demonstravam aos leitores que a marcha da Coluna foi três vezes e meia maior que a de Aníbal e 28 vezes mais rápida. Os jornalistas na década de 20, entusiasmados, declaravam que Prestes fez três vezes em dois anos o que Aníbal só fizera em 16 anos. Tabelas comparavam o capitão rebelado com outros nomes que patrocinaram grandes epopeias históricas. Em ordem decrescente, os feitos militares da história universal, como diziam, eram classificados pela imprensa da seguinte maneira: 1º - Alexandre, o Grande; 2º – Prestes na coluna; 3º – Aníbal; 4º – Átila, o Huno (FERREIRA, 2002: 267).⁹

Alguns cronistas do tenentismo se deixaram levar por essa visão grandiosa do movimento e, em particular, de Prestes, batendo todos os *records* de exagero. João

⁸ Ainda Jorge Amado: Prestes era “o mais puro e mais honesto dos homens”; a sua foi “a estrada de um gênio, em quem as qualidades de inteligência se aliavam às qualidades de caráter. Sua honestidade jamais discutida, seu gênio tantas vezes provado. Luís Carlos Prestes, condutor do proletariado mundial. [...] Não é apenas o Gênio e o Herói. É a fortaleza moral sobrepujando-se a qualquer dor. [...] É um dos heróis desse século, a maior figura da América moderna [...] o maior líder antifascista da América, gênio e herói do Novo Mundo, Bolívar na nova Independência americana” (AMADO, 2011: 186, 217, 273 e 310).

⁹ Essa idealização das (supostas) qualidades militares de Prestes extrapolou as fronteiras nacionais. Quando da resistência da cidade de Leningrado ao cerco das forças nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, “criou-se no Brasil a fantástica e curiosa versão de que tudo só foi possível porque, durante sua estada na URSS, até 1934, Luiz Carlos Prestes construiu, como engenheiro, as defesas da Cidade Heroica, sendo condecorado pelo governo soviético ao tempo em que amargava os nove anos de prisão na ditadura do Estado Novo” (CAVALCANTI, 1982: 154).

Cabanas, por exemplo, escreveu, imitando o estilo de Camões: “Cessem as famas das marchas de Aníbal e de Alexandre; esqueçam as retiradas dos 10 mil de Xenofontes; de Napoleão Bonaparte; recordem as retiradas estupendas da Laguna... e a marcha de Luís Carlos Prestes, como um sol no céu da Terra, resplandece cheia de valor e de denodo!...” (CABANAS, 2014: 237).¹⁰

Em contraste com esses arroubos literários, Prestes, como líder militar, esteve muito longe de ser um Aníbal, um Alexandre ou um Napoleão. Em primeiro lugar, ressalte-se que ele *não* foi o comandante da Coluna que leva seu nome. Esse papel, como visto, coube ao general Miguel Costa, a quem Prestes estava subordinado. Tampouco foi um comandante de talento: ao contrário da lenda, os fatos da Coluna revelam a inépcia militar de Prestes, contradizendo o relato oficial. Um exemplo: na localidade de Maria Preta (SC), “na noite de 24 de março de 1925, Luiz Carlos Prestes teria sido o autor de uma genial manobra, ao retirar seus homens da região poucos instantes antes da chegada das tropas de seus dois perseguidores [...]. Ludibriados pela escuridão e o mato fechado, as duas forças legalistas teriam combatido entre si durante quatro horas, cada uma acreditando estar destruindo o inimigo. O equívoco só teria sido desfeito pela luz do sol, ao iluminar o rosto dos cadáveres”. Essa versão é desmentida pela jornalista Eliane Brum: “A história contada pelos moradores da região de Maria Preta é bem diferente. [...] Por lá ninguém tem dúvida de que os homens que se mataram entre si eram soldados de Prestes, os mesmos que até hoje estão enterrados numa cova rasa que eles cuidam como se fosse de alguém da família”. (BRUM, 1994: 42).

Por pouco a incompetência militar de Prestes não resultou na destruição da Coluna. Já no início do movimento, ainda no Rio Grande do Sul, a tropa comandada por ele foi cercada e quase aniquilada: “Se ela se atrasasse mais um pouco, e as tropas do general Miguel recuassem mais depressa, o general Rondon teria aprisionado aqueles 800 homens quase desarmados e maltrapilhos, ou os teria forçado a se asilarem na

¹⁰ Outros autores não economizaram nos paralelismos históricos exagerados: “Diz Américo Chagas ‘que a travessia da elevada e abrupta Serra do Pereiro pela Coluna lembra, até certo ponto, as dos Alpes milenares’” (CARNEIRO, 1965: 303).

Argentina” (SANTOS, 1994: 22). Em várias situações, o “gênio militar” de Prestes quase levou os revolucionários à ruína:

Com seu individualismo e a vontade de praticar proezas, Prestes contribuiu para a queda de Catanduvas, porque ao chegar em Barracão, em 7 de janeiro de 1925, marchou para o Leste, na vã ilusão de atacar o longínquo flanco esquerdo do general Rondon. Antes de Clevelândia, foi batido [...]. Só aí, acossado também pelas tropas do general Claudino, resolveu se dirigir para Foz do Iguaçu, quando Catanduvas já não aguentava mais e rendeu-se. Com seus 800 homens preparados com as armas e a munição apreendida pelo general João Cabanas, em Pinhal e em Formigas, talvez Catanduvas tivesse resistido muito mais tempo. Só a 11 de abril fez junção com as tropas de São Paulo. Perdeu três preciosos meses (Idem, pp. 60-1).

Um outro exemplo que desmente a tão enaltecida “genialidade” de Prestes ocorreu em Ramada – considerado o ponto inicial da lenda do “cavaleiro da esperança”.¹¹ Lá, travou-se um combate quase fatal para as tropas rebeldes:

Em fuga para Santa Catarina, ocorreu o já citado combate de Ramada, às 8 horas de 3 de janeiro de 1925. Ali, a “PEQUENA TROPA” de Prestes esteve a ponto de ser liquidada. Para se salvar, o capitão Prestes [...] não titubeou e lançou 150 dos seus 750 homens armados na boca das metralhadoras dos governistas. O resultado do combate foi dramático[,] com 100 feridos e 50 mortos [...].

Unde estava a inteligência, a habilidade, a tática militar de Prestes que não foram usadas para evitar tamanho desastre? (Idem, pp. 77-8. Maiúsculas no original).

A trajetória da tropa comandada por Prestes foi um desfile de derrotas: “A Coluna de Prestes apanhou em São Luiz e fugiu; apanhou em Ramada, onde perdeu 50 homens e teve 100 feridos, e fugiu; apanhou na zona do Contestado, entre o Paraná e Santa Catarina, e fugiu. Foi salva pelas Forças de São Paulo [...]” (Idem, p. 67).¹²

Não sendo um estrategista brilhante – nem mesmo competente –, Prestes foi alçado à posição de chefe do Estado-Maior da Coluna por um motivo mais prosaico. “O fato de Prestes ter sido nomeado chefe do Estado-Maior da Divisão não foi devido ao BRILHANTISMO e a COMPETÊNCIA dele (o grifo é nosso), no dizer empolado, vaidoso

¹¹ “Segundo o capitão Agildo Barata, em seu livro ‘Vida de um Revolucionário’, o endeusamento do capitão Luís Carlos Prestes começou com um artigo do coronel Juarez Távora nos jornais, comentando o combate de Ramada, no Rio Grande do Sul, quando a Coluna de Prestes conseguiu romper o cerco e avançou para Santa Catarina, batida que estava pelas tropas do general Claudino Nunes Pereira. [...] Toda a imprensa inimiga de Washington Luiz partiu para o endeusamento de Prestes”. Desde então, a “campanha da imprensa popular e oposicionista para a criação de um salvador da Pátria, durante anos, foi ininterrupta e intensa” (SANTOS, 1994: 39).

¹² A tática militar de Prestes – baseada na “guerra de movimento” – é assim resumida por esse autor: “Prestes rompeu o cerco de São Luiz Gonzaga sem ser percebido pelos legalistas. Não combateu. Fugiu” (SANTOS, 1994: 91).

e bombástico de Dona Anita! Não! O cargo cabia a ele por direito hierárquico, como coube ao general Miguel Costa o comando da Divisão. Pelo menos intelectualmente, o capitão Juarez Távora era muito mais competente do que seu colega Luiz Carlos Prestes, porém hierarquicamente, era seu subalterno. Por isso, foi nomeado subchefe do Estado-Maior da Divisão” (Idem, p. 70. Maiúsculas no original).

Deve-se destacar que a Coluna, a despeito do epíteto de “invicta”, esteve muito longe de ter sido vitoriosa. Politicamente, o movimento não atingiu nenhum de seus objetivos – provocar uma sublevação nas cidades e derrubar o governo. Do ponto de vista militar, o fracasso só não foi completo porque a Coluna, sempre em retirada, evitou ser destruída, tendo abandonado, já em julho de 1925, a expectativa de alcançar uma vitória propriamente dita – “para a Coluna, bastava o existir”, resumiu Agildo Barata (Apud DRUMMOND, 1986: 140; e 1999: 58). Nas palavras de Juarez Távora, “não estava nos intuítos da campanha o esmagamento das forças governistas, pela violência” (Apud DRUMMOND, 1999: 44).

Um fiasco ainda mais evidente diante da debilidade das Forças Armadas brasileiras nos anos 1920: “O fato é que o Exército era bastante débil na época, cerca de 36 mil homens. Subtraindo-se a robusta alta oficialidade (651 generais, coronéis, tenentes-coronéis e majores) e quase 5 mil oficiais médios (capitães, tenentes e aspirantes), restavam perto de 5 mil graduados, 4500 soldados engajados e 11 861 conscritos. Para um país de dimensões continentais, não era muito” (REIS, 2014: 73). Além disso, poucas vezes as forças governamentais puderam empregar sua superioridade bélica. “Só em Catanduvás houve utilização da artilharia, da parte das forças governistas”, escreveu um autor simpático à Coluna (SODRÉ, s.d.: 64, nota 2). Relembre-se que, em 1925, o Brasil era um país praticamente sem estradas de rodagem, aviação, telefone e rádio, com linhas telegráficas precárias e insuficientes.

É preciso ressaltar esse fato: o Exército pouco participou da perseguição à Coluna. Essa missão coube, principalmente, às polícias militares estaduais, auxiliadas por unidades irregulares de civis armados (“batalhões patrióticos”) e grupos de jagunços arregimentados pelos “coronéis” locais (DRUMMOND, 1986: 147-8).¹³ De fato, “o

¹³ Dos cerca de 50 enfrentamentos armados de que participou a Coluna, somente em *quatro* o papel do Exército teve alguma importância: no cerco legalista no Oeste do Paraná (outubro de 1924-abril de 1925), em Mato Grosso (maio-

Exército brasileiro foi quem *menos* participou dessa repressão” (DRUMMOND, 1999: 69. Grifo no original).

Aliás, a Coluna se beneficiou, de modo geral, de certa leniência dos legalistas em relação às rebeliões tenentistas: um dos comandantes do movimento, Osvaldo Cordeiro de Farias, destacou a ineficácia e a “falta de vontade e de interesse” do Exército em dar combate aos rebeldes (CAMARGO e GÓES, 1981: 106, apud DRUMMOND, 1986: 154). De fato, os “tenentes” se viam como representantes do Exército, jamais rompendo os laços com a instituição militar (o marechal Eurico Gaspar Dutra disse, quatro décadas depois, que a atitude da maior parte dos militares legalistas em relação à Coluna era “deixá-la passar”). Os revoltosos e seus colegas das Forças Armadas simplesmente “*não estavam dispostos a se enfrentarem no campo de batalha*” (DRUMMOND, 1986: 153-5. Grifo no original).¹⁴ Havia um “sentimento de tolerância dos legalistas para com a rebelião tenentista em geral e para com a Coluna Prestes em particular”, o que explica a “indisposição dos legalistas do Exército para combatê-la”. Sendo militares da mesma corporação, “rebeldes e colegas legalistas não estavam dispostos a se enfrentarem no campo de batalha”, pois os tenentes “*não estavam dispostos a vencer à custa do esfacelamento de sua instituição-máter*” (DRUMMOND, 1999: 77-9. Grifos no original).¹⁵ Não é difícil ser um “gênio” contra um inimigo que não quer lutar... .¹⁶

Mesmo diante de oponente tão leniente (e tão frágil), os rebeldes preferiam evitar o combate – fato, aliás, frustrante para os chefes militares governistas. O general Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra de Artur Bernardes, lamentava-se: “Não se destroça uma tropa sem que com ela se tenha contato... E não há contato porque os rebeldes fogem...” (Apud REIS, 2014: 101). Um pesquisador registrou: “Entrevistei um ex-sargento do Exército que em 1925 participou do destacamento legalista de Álvaro Guilherme Mariante, na Bahia: em mais de cinco meses de constantes marchas, disse

junho de 1925), no cerco de Teresina (dezembro de 1925) e na Bahia (fevereiro a julho de 1926) (DRUMMOND, 1986: 151).

¹⁴ Em depoimento a Neil Macaulay em 1965, disse Dutra que “tropas federais legalistas, no cerco a Catanduvas, atiravam para o alto, sob as vistas complacentes de seus oficiais” (DRUMMOND, 1999: 78).

¹⁵ Isso explica, em parte, por que “em toda a sua longa marcha, [a Coluna Prestes] *não conseguiu incorporar um único grupo oriundo de uma rebelião militar*” (DRUMMOND, 1999: 32. Grifos no original).

¹⁶ Em um dos poucos momentos em que deixou transparecer algum realismo, Prestes observou que “tivemos que lutar mais com a fraqueza e desânimo de certos companheiros do que com o próprio inimigo” (Apud SANTOS, 1994: 24).

não ter visto um único integrante da Coluna, fato que ele admitiu ser ‘desanimador’ para a tropa” (DRUMMOND, 1999: 80).

Em contraste, foram os *sertanejos* que deram mais trabalho às tropas rebeldes, confirmou um membro da Coluna, Ítalo Landucci: “Eles nos trataram com crueldade [...] em lugares desabitados, na caatinga, durante a marcha e enquanto repousávamos, em cada curva da Estrada, havia emboscadas nos esperando. Os revolucionários foram brutalmente caçados, não combatidos [...] num inferno de emboscadas e tormentos de toda espécie...” (Idem, p. 59). “Foram os jagunços da Bahia que melhor combateram a Coluna”, frisa um historiador. Particularmente no estado baiano, a hostilidade popular à Coluna “foi mais importante que qualquer operação militar específica para abater o moral e diminuir a sua eficiência bélica” (Idem, pp. 72 e 79).¹⁷

Hostilizados pelos sertanejos, fugindo das batalhas com os militares, no final os rebeldes compunham um quadro deplorável. A Coluna andava “fraca, doente, mal-armada, cansada”. Ao término da campanha, “a qualidade e o estado de conservação das armas dos rebeldes eram os piores possíveis, muitos deles já estavam desarmados” (Idem, p. 81). Como escreveu um biógrafo de Prestes, “aquela marcha estava virando uma errância [...] a Coluna fora incapaz, como era a expectativa inicial, de suscitar sublevações vitoriosas nos centros urbanos. [...] Era claro o isolamento político e social”. O “tenente” João Alberto registrou: “Voltávamos agora as costas, em definitivo, às nossas esperanças [...] para somente prosseguir na luta pela sobrevivência, não nos deixando bater”. O fim da marcha foi melancólico: “A Coluna estava agora reduzida a 620 homens, incluindo-se algumas crianças, e cerca de dez mulheres. Um espetáculo ‘tristemente desolador’. ‘Homens depauperados, descalços [...] muitos embrulhados em trapos de cobertores, que mal lhes encobriam as vergonhas, e inúmeros vestidos com vagos farrapos que tinham sido calças ou ceroulas” (REIS, 2014: 93-4 e 105).¹⁸

¹⁷ Afirma DRUMMOND (1999: 97-8) que “o governo federal acertou ao empregar preferencialmente polícias militares estaduais e grupos de jagunços na perseguição. *Desses contingentes a Coluna Prestes não recebeu uma única adesão*”. Grifo no original.

¹⁸ Ver também BARROS (1953: 152, apud MORAES, 1984: 163, nota 3). Prestes sempre sustentou ter defendido a ideia de se retirar para o exterior. Na realidade, ele queria continuar a luta, contra a vontade dos outros líderes rebeldes. Só depois de muita discussão, aceitou a ideia de retirada. Mas, “em seus depoimentos, aparece como defensor da retirada para o exílio, em comum acordo com os demais chefes militares” (REIS, 2014: 102).

Esses fatos são solenemente ignorados pelos admiradores de Prestes. Ele próprio, apesar de sua tão alardeada modéstia, contribuiu para reforçar a lenda criada em torno de si mesmo. Em 1946, ao responder da tribuna do Senado a um aparte de um parlamentar, o qual lembrou que na União Soviética ele não poderia defender livremente suas ideias como fazia no Brasil, Prestes gabou-se: “Na Rússia, eu seria marechal do Exército Vermelho, se não tivesse morrido na guerra” (Apud FERREIRA, 2002: 262).

Se genialidade fosse medida por excesso de amor-próprio, Prestes seria, de fato, um dos maiores gênios da História...

Um movimento impopular

Longe de ter sido vitoriosa, a Coluna é muitas vezes mostrada como uma luta “popular”, a favor do povo oprimido, sendo geralmente comparada a episódios como a Guerra de Canudos (1896-7). De fato, pode-se fazer uma comparação, mas em sentido inverso: “Euclides tinha descrito a brava luta dos sertanejos de Canudos contra o Exército nacional. A Coluna não estaria sendo, embora involuntariamente, tão ‘estranha’ àquela gente como o foram os soldados de Moreira César?” (REIS, 2014: 95-6). Segundo um veterano militante comunista, “Canudos nos deu uma brilhante lição de como deve e pode lutar um povo desarmado contra forças militares superiores em número e armas. [...] A lição da Coluna é diferente: ela nos mostra *como não se pode e não se deve lutar* no sertão brasileiro” (BASBAUM, 1986: 234. Grifo no original).

Um mito persistente é o de que os revoltosos lutavam “contra o latifúndio e as oligarquias”. Nada mais inverídico. Assim como não logrou provocar uma intervenção militar para derrubar o governo Bernardes, a Coluna jamais quis ser “agente de uma revolução social”. Pelo contrário, sua ação política era “pouca, apressada e elitista” (DRUMMOND, 1986: 129 e 141; e 1999: 37 e 60). Nos únicos estados onde houve adesões de civis em maior número (Maranhão e Piauí), isso só ocorreu por iniciativa de líderes políticos locais, “coronéis” como Manuel Bernardino, que levou consigo 200 homens armados para a Coluna (DRUMMOND, 1986: 137). Conta Lourenço Moreira Lima que, quando da passagem de Prestes por Floriano (PI), “apareceram-lhe uns

fazendeiros pernambucanos, que se ofereceram para levantar numerosos voluntários, sob condição de lhes ser permitido ‘liquidar os seus inimigos pessoais’”. (LIMA, 1945: 221, apud SODRÉ, s.d.: 41).

Como observou um historiador do tenentismo, os oficiais da Coluna “estavam dispostos a se aliar com ‘coronéis’ oposicionistas, mas tão autênticos quanto os ‘coronéis’ governistas. É muito revelador que até chegarem à Bahia os oficiais da Coluna Prestes tivessem muita expectativa pela adesão de Horácio de Matos (isso está registrado até no apaixonado relato de Lourenço Moreira Lima): vemos nisso que seu antioligarquismo não vetava alianças com oligarquias dissidentes, como já acontecera no Rio Grande do Sul, em novembro de 1924” (DRUMMOND, 1986: 148).¹⁹

A falta de consciência social dos revolucionários se devia ao próprio caráter militar e elitista do tenentismo: “Os tenentes valorizavam mais as adesões improváveis de colegas militares do que a participação certa de simpatizantes civis. [...] Toda a rebeldia tenentista se vinculava ao Exército e, em especial, ao comando de tropa”. Daí ser “problemático afirmar que [os tenentes] tenham percebido desde cedo as dificuldades representadas pelo ‘latifúndio’ e pelos oligarcas” (DRUMMOND, 1999: 14 e 16).

Esse aspecto militarista do movimento dos “tenentes” se revelava na forma como os rebeldes desprezavam alianças com lideranças políticas civis. Já na Revolta Paulista de 1924, essa característica se fez sentir com vigor: “O militarismo tenentista afetou a conspiração. Os tenentes abordaram superiores legalistas de prestígio para comandá-los, mas só conseguiram um general da reserva (Isidoro Dias Lopes). Contatos com setores civis (inclusive lideranças operárias) foram tentados, mas os tenentes não insistiram neles depois de confirmada a participação de oficiais da Força Pública de São Paulo. [...] Foi em busca de *adesões militares* e de outra base territorial que os rebeldes saíram rapidamente de São Paulo [...]. Os rebeldes militaristas tinham abandonado aliados civis e os enormes recursos materiais da cidade de São Paulo em busca de adesões militares distantes e incertas” (Idem, pp. 22-4. Grifo no original).

O caráter essencialmente militar esteve presente na Coluna desde o início. Até abril de 1925, “a dinâmica do movimento tenentista foi quase que inteiramente militar e

¹⁹ Ver também DRUMMOND (1999: 71).

nesse ponto a Coluna Prestes não inovou: foi uma verdadeira síntese da atuação estritamente militarista dos tenentes”. Na realidade, “a Coluna *não* teve o sucesso político pretendido e muito menos quis ser agente de uma revolução social” (Idem, p. 30. Grifo no original). Em outras palavras, “os tenentes se rebelavam a partir de sua posição institucional de comandantes de tropa: os soldados recrutados representavam para eles uma ‘massa’ de inferiores hierárquicos, e não uma base social conquistada pelo proselitismo político” (Idem, p. 40).²⁰

O militarismo da Coluna se refletiu na tática adotada: “A aliança entre a guerra de movimento e a não-arregimentação de apoio civil significou uma *desistência antecipada de uma vitória política substancial*” (Idem, p. 44. Grifo no original). Em sua marcha, “a Coluna Prestes fugiu sistematicamente das cidades grandes, ferrovias e boas estradas de rodagem”, o que certamente influenciou no pequeno número de adesões à tropa. Quando estas ocorreram, foi para revelar o baixo nível de consciência social dos revoltosos: “É muito significativo que essas adesões tenham sido mediadas por lideranças coronelísticas; ora, os ‘coronéis’ eram a base de toda a política oligárquica que os tenentes diziam combater” (Idem, pp. 46 e 54).

Mais que isso, “grande parte das adesões foi *rejeitada*” (DRUMMOND, 1986: 54-5; e 1999: 137. Grifo no original). “Entrando no Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco), a receptividade foi péssima: muitos combates, poucas adesões [...] *pouca ou nenhuma ocorrência de adesões*”. Algo que se deveu, certamente, à “auto-suficiência da Coluna Prestes, que se julgava a única agente da ‘revolução’” (DRUMMOND, 1999: 56-7. Grifo no original). Ou seja: “a ‘revolução’, para os oficiais da Coluna, era *deles*, dos oficiais rebeldes do Exército brasileiro, e nunca um movimento civil ou popular” (Idem, p. 64. Grifo no original). Daí porque, “do Ceará em diante, ou seja, a partir de janeiro de 1926”, a Coluna “marchou praticamente à revelia das populações que evidentemente pretendia beneficiar com a sua ‘revolução’. A literatura memorialística sobre a Coluna está recheada de comentários amargos e depreciativos sobre a população nordestina – especialmente sobre os baianos – e sua hostilidade aos rebeldes” (DRUMMOND, 1986: 59; e 1999: 140-1).

²⁰ “Tanto os oficiais legalistas quanto os oficiais rebeldes pressupunham que os soldados das trincheiras eram apenas dóceis seguidores de ordens de comando” (MARTINS, 2014: XXIII).

As raras adesões e a aliança com “coronéis” são suficientes para demonstrar que a Coluna carecia de qualquer base ou consciência social, passando longe da ideia de mudança radical das estruturas de poder. Pelo contrário, a ideia de “revolução”, para os tenentes, não tinha nada a ver com o ideário esquerdista geralmente associado à Coluna:

Ao contrário do que rezam certas lendas, *não* há registro de qualquer intenção ou ação no sentido de mobilizar a população (rural ou urbana) no trajeto da Coluna Prestes, nem mesmo para aquele comedido “limite mínimo” de objetivos. *Não* se encontram, igualmente, cogitações de “reforma agrária” ou “governos populares”. [...] A Coluna Prestes, implícita ou explicitamente, se julgava *suficiente* como portadora da “revolução”. Essa auto-suficiência não foi abalada nem mesmo quando a coluna rebelde foi alvo da hostilidade popular em todo o Nordeste. Houve momento, principalmente na Bahia, em que os oficiais não conseguiram impedir que seus soldados, em represália à hostilidade popular, fizessem requisições exorbitantes ou até mesmo saqueassem e incendiassem vilas inteiras e matassem prisioneiros desarmados (DRUMMOND, 1999: 62-4. Grifos no original).²¹

“Em todo o Nordeste a Coluna carregou fama equivalente à de bandoleiros ou cangaceiros; o povo temia a aproximação dos rebeldes, pois deles esperavam saques, assassinatos e atrocidades” (Idem, p. 66). Em lugar de esperança, terror: “Na maioria dos lugares por onde passou, a Coluna despertou medo, ódio ou o acirramento da lealdade às lideranças locais. Em *nenhum* momento de sua marcha ela ameaçou seriamente os fundamentos políticos, sociais e econômicos da sociedade brasileira” (Idem, p. 90. Grifo no original).

A versão de que a Coluna recebeu o apoio das populações do interior simplesmente não se sustenta. Pelo contrário, houve “rejeição popular generalizada” (Idem, p. 64). As massas sertanejas não aderiram, e “a sua mobilização não foi procurada pelos rebeldes, nem de forma esporádica, nem de forma sistemática. Se o apoio popular tivesse ocorrido espontaneamente, os oficiais muito provavelmente o teriam rejeitado” (Idem, p. 90; e 1986: 162-3). “A mobilidade militar [...] foi uma alternativa que excluiu outra, a da mobilização popular. [...] A Coluna Prestes quis ser a agente de uma ‘revolução’ dos militares para o povo brasileiro; por isso ela *não foi agente de uma revolução social*” (DRUMMOND, 1999: 92. Grifo no original).

Destoando da lenda dourada criada em torno da Coluna, portanto, o movimento dos “tenentes” não recebeu o apoio da população que, supostamente, pretendia

²¹ Ver também DRUMMOND (1986: 143).

“libertar”. Pelo contrário: tratou-se de um movimento inteiramente militar, isolado e elitista, que desprezou adesões populares e entendimentos com políticos civis de oposição (DRUMMOND, 1986: 125 e 129). O próprio secretário da Coluna e cronista “oficial” do movimento admitiu, melancolicamente: “A Coluna percorreria quase todo o Brasil sem conseguir galvanizar as energias do povo para a conquista da sua liberdade. Em nossa longa marcha, apenas em dois Estados – Maranhão e Piauí – houve movimentos sérios de caráter popular a nosso favor, e dos quais resultou o aumento das nossas forças. Nos demais, o número de voluntários foi simplesmente ridículo” (LIMA, 1945: 449; apud SODRÉ, s.d.: 49).

Esse militarismo e essa falta de sintonia com as aspirações populares podem ser explicados pelo caráter autoritário do tenentismo. Apesar da ênfase no voto secreto e na moralização dos costumes políticos, o movimento esteve longe de almejar a democracia, como explica José de Souza Martins, no prefácio à mais recente edição do livro do tenente João Cabanas (*A Coluna da Morte*):

Desde a abolição da escravatura e da proclamação da República por meio de um golpe militar, difundiu-se entre os militares a ideia de que a democracia republicana num país que tivera escravidão, como o nosso, dependia de uma longa ditadura. Um período de carência, durante o qual a massa dos libertos e do povo seria educada para, finalmente, poder exercer seus direitos de cidadãos, como o de votar. A grande questão que a Revolução de 1924 propunha não era a da democracia política, mas a do complicado processo de emancipação dos retardatários da história, em nome do primado da ordem, o branqueamento e a ascensão social pela elitização da sociedade inteira. A escola brasileira foi criada com esse espírito, mesmo as universidades.

[...]

A ditadura seria uma ditadura esclarecida, sob a qual o povo tutelado se prepararia lentamente para que enfim se instituisse no país uma ordem efetivamente democrática. Para os militares das revoluções tenentistas, não havia compatibilidade possível entre ignorância e democracia. [...] A República, no fim das contas, não era para qualquer um. O que os revolucionários pressupunham era a instauração de um período de lento amadurecimento político do povo, através da educação, para as funções de cidadão (MARTINS, 2014: XXII-XXIII).²²

²² Certamente não é coincidência que a maioria dos líderes tenentistas tenham mantido, depois de 1930, posições políticas autoritárias. Muitos, como João Alberto e Filinto Muller, tornaram-se próceres da ditadura varguista, o mesmo ocorrendo com Juarez Távora, que seria um dos personagens das crises políticas dos anos 1950 e do regime de 1964. Alguns se inclinaram para movimentos totalitários como o integralismo e, no caso de Prestes e de Agildo Barata, para o extremo ideológico oposto, o comunismo. Poucos se perfilariam no campo das ideias liberais e democráticas.

Rejeitada pela população civil, cujo apoio ela também rejeitava, alheia às reivindicações populares,²³ avessa a alianças e limitada a uma visão militarista da revolução, só restou aos apologistas da Coluna agarrar-se à mitologia dos “feitos militares” do movimento. “As esperanças de boa receptividade popular, uma vez desmentidas cabalmente no Nordeste, foram como que ‘substituídas’ por uma vasta antologia de auto-elogios sobre os sucessos táticos. [...] Os auto-elogios pecam pelo excesso, resvalando para bravatas francamente juvenis, quando não para um ufanismo até certo ponto patético quando justaposto ao evidente fracasso político da Coluna” (DRUMMOND, 1999: 88).

A resistência sertaneja à Coluna

Os revoltosos da Coluna não apenas desprezavam os civis e rechaçavam a ideia de “revolução social”: por onde passaram, apenas agravaram a miséria da população, deixando um rastro de destruição e morte. Quase cinquenta anos depois, Juarez Távora refletiria que o sacrifício dos rebeldes “mal se equiparava ao que infligíamos a essas mesmas populações miseráveis, que eram obrigadas a pagar o pesado tributo de alimentar, vestir e montar cerca de mil soldados e oficiais revolucionários – além de sofrer, por vezes, os maus-tratos destes e das tropas governistas que os perseguiram” (Apud DRUMMOND, 1986: 145). “No fim das contas”, concluiu um historiador, “quem pagou por essa demonstração contra o governo do Rio de Janeiro foi o povo das regiões mais pobres do Brasil” (MACAULAY, 1977, apud DRUMMOND, 1986: 163). Ou, como definiu um habitante do interior cearense, a Coluna foi “pior do que os cangaceiros de Lampião” (Apud BRUM, 1994: 98).

²³ Ironicamente, o governo contra o qual os revolucionários se batiam implementou algumas medidas sociais importantes: “As realizações do Governo Bernardes no campo social tinham sido significativas e representavam um marco nas conquistas dos direitos da classe trabalhadora [...] Nenhum outro governante se preocupara tanto quanto ele em defender os direitos dos trabalhadores” (MEIRELLES, 1996: 678).

Do Rio Grande do Sul ao Ceará, são abundantes as histórias de violência e abusos cometidos pelos revolucionários contra a população civil. Em diversos povoados, fazendas foram incendiadas; comércios e habitações, saqueados; moradores foram torturados; mulheres estupradas na frente de seus maridos; houve incêndios e assassinatos. “Ao chegar a Mato Grosso, até as mulheres que acompanham os rebeldes praticam violências, achando-se com o direito de invadir as casas de família que encontram pelo caminho” (MEIRELLES, 1996: 400).

Nos anos 1990, várias testemunhas deixaram depoimentos aterradores sobre a Coluna à jornalista Eliane Brum. Um morador de São Luiz Gonzaga (RS) lembrou que os rebeldes carnearam um rebanho de sete mil reses nas fazendas da região: “Eu achava errado eles pegar [sic] as coisas sem pagar, mas naquele tempo a gente não podia falar nada”, queixou-se. Em Tupanciretã, um vaqueano foi obrigado a servir de guia para os revoltosos nos primeiros dias de dezembro. “O pobre homem acabou se perdendo, talvez de pavor, e só chegou perto da cidade com o sol já alto. O contratempo acabou dando um empurrãozinho para o fracasso do ataque surpresa dos rebeldes a essa cidade e um conselho de guerra foi formado para avaliar se Domingos era um traidor da causa rebelde. O resultado foi mais um cadáver para aumentar a população do cemitério”. (BRUM, 1994: 21-2).

A passagem da Coluna por São Luiz Gonzaga não deixou saudades nos habitantes da cidade gaúcha: “Quando os rebeldes empreenderam a marcha, a 1 hora da madrugada de 27 de dezembro, as labaredas se levantaram na noite de verão. ‘Todo mundo chorava na praça. Quando o povo foi ver, de manhã cedinho, o que eles tinham feito era botar fogo em todos os carros da cidade, da carrocinha do padeiro aos automóveis mais chiques’” (Idem, p. 24). Um ex-integrante da Coluna deixou claro que o povo, se ajudava os revoltosos, fazia-o não por vontade própria, mas por temor: “Sabe, a gente primeiro pedia as coisas, aí o pessoal dava porque tinha medo. Sabiam que se não dessem a gente avançava de qualquer jeito. Só por isso é que nós éramos bem recebidos. Sem querer, ficava ladrão”. Outro soldado de Prestes guardava, décadas depois, profunda mágoa de seu ex-comandante: “Eu fui nessa marcha porque me enganaram. Não sabia que o Prestes era comunista. Se soubesse, jamais tinha embarcado naquela canoa” (Idem, p. 27).

O depoimento de outro ex-soldado da Coluna joga uma pá de cal na ideia romântica do apoio voluntário da população aos rebeldes: “Há alguns anos, o velho Serapião recebeu a visita da filha de Luiz Carlos Prestes, Anita Leocádia, que recolhia depoimentos para o seu livro, e vexou-a com uma resposta. Indagado sobre os ideais que o teriam levado a engrossar as hostes rebeldes, Serapião respondeu com a mesma fala mansa de sempre: ‘Dona, se lhe tivessem botado um fuzil na cabeça, a senhora não ia pra qualquer lugar desse mundo?’” (Idem, p. 32).

Particularmente terrível é a história do agricultor João Sabino Barbosa, de Jaraguari (MS). Sabino decidiu juntar-se à Coluna Prestes por vingança. Dos latifundiários ou das forças governistas? Nada disso. Dos próprios membros da Coluna, que desgraçaram a vida dele e de sua família. Ao saber da aproximação dos soldados, Sabino embrenhou-se no mato para não ser levado à força pelos rebeldes, deixando em casa a mulher e a filha recém-nascida. Ao voltar, encontrou “a mulher com o sexo rasgado, sangue nas roupas arreventadas e os olhos parados, vazios. A menina já estrebuchando de berrar, sem ser ouvida. Não disse uma palavra. Segundos depois se apresentou ao tenente João Alberto e declarou que queria lutar pela liberdade”. Mas o motivo que o levou a se incorporar às fileiras da Coluna foi outro: “João Sabino Barbosa precisou seguir a marcha até Goiás antes de identificar e matar os algozes de sua mulher. [...] Era ele quem atirava contra os companheiros e poupava o inimigo em tempo de combate. Vingado, voltou para Jaraguari. Nunca mais para a família. O nome de João Sabino varou Mato Grosso do Sul como o mais terrível pistoleiro da terra sem lei” (Idem, pp. 58-9).

No dia 5 de julho de 1925, os revoltosos espalharam o terror em Goiás: “No exato momento em que o vigário rezava uma missa na praça central de Rio Bonito, comemorando o aniversário dos levantes paulistas de 1922 e 1924, nove casas da fazenda ardiam em chamas. Manoel e Aniceto foram os primeiros a ser assassinados. Luís avançou e foi perfurado pela espada rebelde na altura do estômago. Estirado no chão, as tripas espalhadas ao lado, ainda gritou: ‘Tropa de covardes e vagabundos’. Levou um tiro no ouvido, que era para calar a boca” (Idem, p. 64).

Ainda em território goiano, os rebeldes se divertiram torturando agricultores indefesos: “Os moradores que não conseguiram fugir para o mato tiveram as pernas

amarradas e o corpo jogado sobre cavalos com selas de toicinho de porco. ‘Eles se divertiam porque as pessoas ficavam sujas de banha, fritando debaixo do sol’”, contou um morador. A indignidade prosseguiu: “Os revoltosos improvisaram bailes em que os moradores eram obrigados a tocar sanfona e dançar nus. Constrangidos, vizinhos bailavam com vizinhas com os olhos atapetando o chão de vergonha. Nos matos, viventes tinham a pele da barriga torcida com alicate para revelar onde estava escondido o gado. Sacos de sal foram arrastados das casas e jogados nas estradas” (Idem, p. 66).

Certamente, Prestes não ignorava esses fatos. Um ex-combatente da Coluna deixou claro que as ordens para saquear vinham de cima: “Aí o Prestes dizia: ‘O saque é livre’. A gente pegava roupa, cavalo, derrubava boi e vaca. Claro que os moradores ficavam revoltados, mas não podiam fazer nada. A gente então tirava a barriga da miséria” (Idem, p. 17). Um episódio ocorrido em Arraias (TO) comprova que Prestes aprovava atos de violência, como fuzilamentos. Ao se preparar para deixar a cidade, ele disse ao chefe político local: “Olha, Hildebrando, a Coluna vai se retirando e faltou um homem conhecido como Pernambuco. Ele é desastrado e se ficar por aqui vai dar trabalho. Vocês precisam resolver alguma coisa”. “O Prestes quis dizer que era pra fuzilar”, explicou o filho de Hildebrando. Pernambuco foi fuzilado (Idem, p. 70).

Para frustração do secretário da Coluna, Lourenço Moreira Lima, a população do interior fugia e hostilizava os rebeldes. “Em grande parte dos casos ‘as populações fugiram para os matos, ou se colocaram ao lado do governo [...]’. O próprio Prestes reconheceu depois que “a adesão (dos lavradores) foi muito pequena [...] Achavam que éramos loucos, uns aventureiros”. Daí as violências cometidas pelos rebeldes contra os sertanejos, quando estes, por exemplo, sonegavam informações. “Nesses casos”, escreveu o autor de uma biografia de Prestes, “os rebeldes podiam recorrer a ameaças, intimidações e castigos físicos. Ou à ‘coação’, como admitiu Cordeiro de Farias. Mesmo os que colaboravam podiam ser amarrados em troncos de árvore, à noite, para não fugirem”.

A falta de sintonia entre a Coluna e os sertanejos era total: “Entre os rebeldes e o povo do interior, um abismo cultural, de mal-entendidos e de incompreensões. Aliados à violência desabrida, inerente a qualquer conflito armado, ele geraria frequentemente atos arbitrários contra as populações que iam sendo encontradas pelo caminho, os chamados

‘excessos’ – pequenos e grandes roubos, assédio sexual e mesmo estupros, além de ‘represálias’ de toda sorte contra ‘fujões’ ou atos de resistência, armados ou não” (REIS, 2014: 76-8). Não espanta, pois, que o povo dos sertões “fugia da Coluna quando a Coluna não fugia dele”. “Podendo fixar-se em determinadas zonas, pelo menos por algum tempo, ganhar a adesão das massas sertanejas contra o latifúndio, preferiram os chefes da Coluna ignorá-las” (BASBAUM, 1986: 235-6).

Se pudessem escolher, os habitantes do interior certamente também prefeririam ser ignorados pelos revoltosos. O agricultor Capistrano Carmo, de Serra Nova (MG), recebeu a visita da Coluna em abril de 1926: “Os rebeldes invadiram a sua casa e o obrigaram a assistir aos sucessivos estupros da mulher, Conceição”. Difícil dizer que tais atrocidades foram cometidas em nome da liberdade. “Se alguns moradores foram torturados, outros se recusaram a ser imolados como bezerras. Um cabra pobre como um rato, de nome Nascimento, foi um deles. Preferiu morrer brigando. Quando ouviu os primeiros tiros, Nascimento se escondeu atrás dos tijolos de seu rancho, pegou do fuzil e se pôs a disparar. Demorou, mas os rebeldes conseguiram botar as mãos sobre o mineiro valente. Nascimento foi fuzilado” (BRUM, 1994: 138-9).

Foram inúmeros os massacres protagonizados pelos soldados da Coluna, com a aquiescência ou o conhecimento de seus comandantes. Dois agricultores foram assassinados em Várzea Queimada (MG) porque se recusaram a fornecer gado aos rebeldes. Em Oeiras, um agricultor, Antônio Galo, foi espancado como um animal por ter-se recusado a entregar seu gado: “Os rebeldes arrancaram as suas roupas, amarraram os seus testículos com uma corda e o obrigaram a correr de quatro” (Idem, p. 143). Na mesma cidade, Prestes e o tenente Siqueira Campos chegaram a discutir quem ficaria com o botim da igreja matriz, com seus “mais de sete quilos de ouro e duas dezenas de pedras preciosas” (Idem, pp. 152-3). João Alberto anotou: “Começando no Ceará, sentimos os efeitos de uma resistência obstinada à nossa marcha por parte da população”. No Rio Grande do Norte, onde passaram somente dois dias, em fevereiro de 1926, não foi diferente: “Exasperados com a hostilidade dos habitantes, saquearam São Miguel, pequeno burgo de 1300 habitantes, e o arraial de Luís Gomes, causando prejuízos vultosos, segundo queixas dos nativos” (REIS, 2014: 86). Em São Miguel, os rebeldes “arrombam a golpes de machado 18 casas comerciais onde se abastecem de

viveres, tecidos, roupas e medicamentos. Levam também todo o estoque de Elixir de Nogueira disponível na pequena farmácia do povoado. As repartições estaduais e municipais são invadidas por rebeldes à procura de dinheiro e, em seguida, incendiadas. Sob o comando de Djalma Dutra, os rebeldes cometem uma série de excessos contra a propriedade privada” (MEIRELLES, 1996: 473).

Na Bahia, a passagem da Coluna foi igualmente calamitosa para a população. A ponto de obrigar os rebeldes a recorrerem a ardis, como o de se fazerem passar por forças legalistas, para entrar nas cidades. “Chegam notícias de que Palmares foi assaltada por um piquete dos rebeldes sob o comando do Tenente Brasil. Usando um truque, esse oficial entrara na localidade dando vivas ao presidente Bernardes e ao Coronel Horácio de Matos, sendo recebido pacificamente. Depois disso, identificando-se, o oficial exige uma coleta de dez contos de réis e, em seguida, saqueia o arraial” (MORAES, 1984: 154-5). Não bastavam o saque e a pilhagem: era preciso incendiar, reduzir tudo a cinzas: “Na Chapada Diamantina, os incêndios que mais magoaram o povo foram os dos cafezais de Campestre, Água de Rega e Capão Grande, esteios que o eram, de uma economia modesta, e das comunidades de Tiririca do Açuraú, Canabrava do Gonçalves e Lagoa Grande. Nesta última localidade o fogo devorou 73 casas” (Idem, p. 163, nota 16).²⁴

Tantos foram os atropelos cometidos contra as populações locais que elas começaram a se mobilizar contra a Coluna, na forma de resistência armada. Citando depoimento de Anatolino Medrado, de Mocugê (BA), em 1979, afirma um pesquisador: “De fato, houve diversos graus de resistência às requisições, tanto na cidade quanto no campo. Bens ‘requisitáveis’ eram escondidos. Em algumas cidades da Bahia houve destruição deliberada de bens úteis aos rebeldes e/ou resistência armada da população. Foi comum o envenenamento de comidas e bebidas. Em toda a sua marcha de retorno, do norte de Minas Gerais até à Bolívia, a Coluna Prestes invadia cidades quase que exclusivamente para se abastecer, praticamente desistindo de qualquer ação política”

²⁴ Ver também MEIRELLES (1996: 544).

(DRUMMOND, 1986: 145).²⁵ Lourenço Moreira Lima anotou a respeito: “Éramos recebidos a bala pelos habitantes dos lugares por onde transitávamos, como se fôssemos inimigos” (Apud SODRÉ, s.d.: 50). Na Bahia, a resistência popular à Coluna foi particularmente feroz, com os rebeldes sendo recepcionados com emboscadas em vários povoados da chapada Diamantina. Em resposta, pouco escapava à sanha destruidora dos revolucionários. Um jornal do interior registrou: “– Por onde passava a gente de Prestes ficava uma verdadeira roçagem. Nenhum animal, nenhuma criação, nenhuma roça, argolas das orelhas das mulheres, trastes de valor, tudo levavam e ainda derrubavam cercas e portas. Uma verdadeira calamidade. Por onde passavam, deixavam um rastro de fome e miséria” (Apud MEIRELLES, 1996: 565-7).

Não surpreende, portanto, que muitos sertanejos tenham resistido de armas na mão à marcha da Coluna. E o fizeram não como jagunços ou mercenários, mas por convicção e sobrevivência: “Ao mobilizar os sertanejos, os senhores de terra acionavam laços de lealdade e fidelidade, cujos fundamentos não repousavam no ‘vil metal’”. Em comparação, as (poucas) adesões populares à Coluna ocorreram, em geral, à força: contrastando com a adesão voluntária de alguns “coronéis”, foi comum a incorporação forçada de pessoas conhecedoras de suas regiões, como vaqueiros (vaqueanos), alguns dos quais “precisavam ser amarrados para evitar fugas” (DRUMMOND, 1986: 137).

Os crimes da Coluna contra a população sertaneja incluíram a tortura, como vimos. Dessa infâmia não se livraram os próprios chefes do movimento sedicioso: certa ocasião, enquanto João Alberto “escrevia que estava ‘apertando’ caboclos para obter informações”, Prestes, “sempre paciente, e disposto a conversas”, ordenou que enrolassem uma corda em volta do pescoço de um vaqueano para que ele falasse (REIS, 2014: 101). O episódio é assim narrado em um livro sobre a Coluna:

Muitas vezes, [Prestes] abria mão dessa técnica psicológica de interrogatório para recorrer a métodos mais persuasivos, como certa feita ocorreu em Goiás. Miguel Costa, que assistia à conversa com o vaqueano, tinha tomado a sua defesa:

– Mas ele não sabe de nada...

Prestes foi duro com o caboclo:

– Ele sabe, vai ter que dizer.

²⁵ Nascido no sertão baiano, o dirigente comunista Armênio Guedes “carregava a memória do dia em que os moradores se mobilizaram apavorados para resistir à chegada da Coluna Prestes”. Depoimento de Thiago Mendonça (GRAU, 2019: 160).

Chamou então o tenente Hermínio, o ex-sargento da Força Pública de São Paulo que comandava o pelotão de disciplina da Coluna, e comentou:

– Olha, esse cidadão disse que não sabe de nada. Você vai ver se ele sabe ou não alguma coisa.

Assim que o tenente colocou a corda no pescoço do vaqueano, este começou a falar:

– Tem um regimento de cavalaria lá (MEIRELLES, 1996: 596).

Assim como estava disposto a torturar, Prestes não hesitava em mandar fuzilar quem se colocasse em seu caminho. João Alberto registrou que um dos revoltosos, João Pedro Gay, que liderara o levante em São Luiz Gonzaga, desanimado, “passara a incentivar o 3º Destacamento, sob seu comando, a desertar. Depois de repreendido, foi preso. Prestes conseguiu que fosse condenado à morte, mas João Alberto, mais flexível, acabou lhe dando a oportunidade da fuga”. Anos depois, Prestes admitiu sua intenção homicida: “O João Alberto, com o grande coração que ele tinha, deu fuga para o Gay [...] porque sabia que eu ia fuzilar mesmo [...] de maneira que é um crime de menos [sic] que eu tenho nas costas” (Apud REIS, 2014: 56-7).²⁶

Em sua narrativa da Coluna, Anita Leocádia Prestes não deu importância a esses relatos. Em uma biografia hagiográfica do pai, ela escreveu: “A Coluna não poderia se transformar num exército revolucionário, movido por um ideal libertário [sic], se não incutisse em seus combatentes uma atitude de respeito e solidariedade em relação ao povo com que mantinha contato. Desde o início, ainda no Rio Grande do Sul, o comando da Coluna deu grande importância ao tratamento que seus soldados deviam dispensar à população civil das localidades por onde passavam. Qualquer arbitrariedade”, afirma, “era punida com grande rigor [...], não se admitiam saques nem atentados gratuitos à propriedade”. Alega, ainda, que “a Coluna acabou conquistando a simpatia da população que encontrou no caminho” (PRESTES, 2015: 57-8).

Não se sabe onde estava essa “atitude de respeito e solidariedade”, nem a “simpatia da população” nos fatos narrados acima. Para Anita Leocádia, que omite ou tenta justificar os crimes dos rebeldes, o abandono das cidades e vilas pela população civil ante a chegada da Coluna era o resultado da “propaganda feita pelo governo” (Idem, p. 90). Dessa maneira a historiografia marxista tratou de explicar a hostilidade dos sertanejos à Coluna, enxergando-a como o resultado do atraso político da população do

²⁶ Ver também MEIRELLES (1996: 344-5).

interior (PRESTES, 1990 e 2015; SODRÉ, s.d., 50-1). Sobre as atrocidades dos revolucionários contra a população civil, silêncio ou mistificação.

O massacre de Piancó

Entre os inúmeros crimes da Coluna, talvez o mais emblemático, pela violência, ocorreu em 9 de fevereiro de 1926, em Piancó (PB). A vítima: o padre Aristides Ferreira da Cruz, que tinha reunido um grupo de homens armados para defender a cidade. Em intenso tiroteio, os rebeldes atiraram bombas incendiárias e de gás na residência do sacerdote, além de terem ateado fogo a prédios públicos, como os do Conselho Municipal (Câmara dos Vereadores) e dos Correios. Como de praxe, também saquearam residências e destruíram casas comerciais (SÁ, 2010: 79). Capturado, o padre Aristides foi obrigado a assistir à degola dos demais prisioneiros (12 ao todo). Logo depois, “foi castrado e sangrado como um porco” (BRUM, 1994: 102 e 109). O relato da morte do religioso é de gelar o sangue:

O ex-padre [fora destituído das ordens alguns anos antes, por questões pessoais] resistiu como pôde e, afinal, entregou-se com alguns de seus homens, sobreviventes. Foram, então, mortos sem piedade. Narra a lenda que alguns foram degolados na tradição gaúcha, os corpos atirados numa vala cheia de água. Outros, depois de amarrados a cavalos e arrastados até morrer, foram deixados pelos urubus.

Antes de morrer, Aristides ainda recebeu uma coronhada no rosto e uma punhalada no ombro direito. Em seguida, cortaram-lhe a carótida. E um dos rebeldes o castrou, enfiando-lhe na boca os testículos... Um dos protagonistas do episódio, segundo Domingos Meirelles, o soldado Nelson Pereira de Souza, o Bamburral, localizado em Corumbá, confirmou a degola e a castração (REIS, 2014: 88).

Ao encarar os carrascos, o padre Aristides pediu para fazer uma oração. Teve o pedido negado (MEIRELLES, 1996: 482). Segundo uma testemunha do massacre, um dos assassinos ainda chegou a jogar querosene sobre o cadáver do sacerdote, com a intenção de queimá-lo, só desistindo de fazê-lo devido às suas súplicas (SÁ, 2010: 80).

A ignomínia dos rebeldes não parou aí. “Na sexta, os revoltosos ainda encontraram três rapazes na estrada, trotando até Piancó para atender ao chamado do padre Aristides, e ainda ignorando a bagaceira. Os infelizes foram amarrados na cauda dos animais e arrastados até a vizinha Santana dos Garrotes, trinta quilômetros além,

onde foram sangrados a facção”. Um pai e quatro filhos foram executados pelos rebeldes. Um dos rapazes foi “amarrado e arrastado por um cavalo até morrer” (BRUM, 1994: 109-110).

Prestes não participou diretamente da matança – comandada por Siqueira Campos e Djalma Dutra, dois tenentes de sua confiança –, mas há fortes indícios de que aprovou os assassinatos. O alto-comando revolucionário, do qual fazia parte, chegou à cidade duas horas depois da chacina. Indagado sobre o padre Aristides e seus “capangas”, o capitão Emigdio Miranda respondeu apenas: “Acho que fugiram”. “Apesar da intensidade do tiroteio, que foi ouvido de longe, Miguel Costa e Prestes aceitam a explicação sem maiores questionamentos”. Em Piancó, a Coluna deixou 23 cadáveres insepultos (MEIRELLES, 1996: 482 e 484). Poderiam ter sido mais: chegando depois ao local, o capitão Moreira Lima conseguiu evitar que outro capitão fuzilasse um adolescente de 17 anos de idade (MACAULAY, 1977: 203).

A historiografia ligada à esquerda tentou justificar esses crimes bárbaros, alegando fatores como a origem social das vítimas. Para Prestes, padre Aristides era um “proprietário de terras” e um “cangaceiro” (BRUM, 1994: 104) – logo, nessa visão, merecia morrer. A filha de Prestes, Anita Leocádia, descreve igualmente o sacerdote com desprezo, afirmando que ele tinha a seu serviço “cerca de sessenta policiais e perto de cem cangaceiros” ou “capangas”. E tentou justificar a barbárie, dizendo que o massacre foi “uma explosão de ódio, provocada pela traição (o hasteamento da bandeira branca, seguido do ataque aos rebeldes) que levava à morte de companheiros queridos”. Num raciocínio tortuoso, ela alegou: “Não se tratou de um ato de simples vandalismo, igual àqueles cometidos pelas tropas da ‘legalidade’ contra mulheres e homens indefesos” (PRESTES, 2015: 88). Em uma “ousada interpretação, e generalização, do acontecido”, ela escreveu que “a partir do episódio de Piancó, o prestígio da Coluna viria a crescer no Nordeste” – uma inversão total dos fatos (REIS, 2014: 89).

A versão de Anita Leocádia – obviamente parcial e tendenciosa – se impôs como canônica à historiografia sobre a Coluna. Um livro paradidático, destinado a alunos do curso secundário, reproduz essa narrativa, afirmando que

(...) em Piancó, o padre Aristides da Cruz, com sessenta soldados e cem jagunços, tentou bloquear a passagem da Coluna. Percebendo que os rebeldes estavam vencendo, o padre Aristides resolveu usar de um ardil para levar os soldados a uma emboscada. Ergueu uma bandeira branca, fingindo entregar-se. Os tiros cessaram. As tropas avançaram, despreocupadamente, até serem atingidas por uma descarga de fuzilaria desfechada pelos adeptos do padre. Os membros da Coluna, enraivecidos com tamanha covardia, superaram-se lutando como leões. Dessa forma, conseguiram aniquilar o adversário. O padre Aristides foi morto com uma carabina na mão e uma faca na cintura (MOCELIN, 1989: 22).

Nada no relato acima é verdadeiro, segundo o escritor paraibano Manoel Otaviano. Em primeiro lugar, o número mencionado por Lourenço Moreira Lima (cerca de 60 soldados e “perto de cem cangaceiros” sob o comando do padre Aristides) está longe de corresponder aos fatos: na verdade, eram “12 soldados e 32 paisanos” contra “quase 2 mil soldados” da Coluna. “Na defesa de Piancó também não havia cangaceiros”, afirma Otaviano. Além disso, o padre Aristides não era dado às armas (“Nem, sequer, sabia atirar. Nunca foi visto armado”) (OTAVIANO, 1979: 130-1). Mesmo assim, todas as casas do povoado foram arrombadas e saqueadas, “nada tendo escapado à sanha dos idealistas salvadores do Brasil de então”. Somente a igreja foi poupada. “Todas as repartições públicas foram queimadas e o comércio saqueado” (Idem, pp. 151 e 157).

Quanto à alegação, presente no livro de João Alberto, de que os rebeldes tinham sido atraídos por uma armadilha do padre, que mandara erguer uma bandeira branca, o autor acima mencionado é peremptório: “Também não é verdade que o padre Aristides mandasse levantar uma bandeira branca como um ardil, para disfarçar a resistência. Pelo contrário, ao romper o tiroteio, em uma ponta das ruas, ele gritava que cessassem o fogo, julgando que fosse a entrada da polícia que ele estava esperando. A bandeira, depois de algumas horas de luta, foi levantada pelo senhor Manoel Cândido, chefe da mesa de rendas estaduais, que não se retirara da vila, com a notícia da aproximação dos revoltosos” (Idem, p. 167).²⁷

Esses fatos desmontam a versão dos rebeldes sobre o massacre de Piancó. Segundo o historiador norte-americano Neil Macaulay, “os fatos ocorridos pareciam provar que os revolucionários realizavam uma guerra de extermínio contra os sertanejos. Após as atrocidades em Piancó, os combates do sertão não deram tréguas. Os

²⁷ É possível, também, que o tiroteio tenha sido o produto de uma falha de comunicação ou de um mal-entendido. Segundo uma versão, os sertanejos não estavam dispostos a hostilizar os rebeldes, mas por algum motivo a mensagem não chegou à Coluna (CARNEIRO, 1965: 303-4).

sertanejos lutariam não só para proteger seus escassos bens mas, segundo acreditavam, por suas próprias vidas” (MACAULAY, 1977: 203).

Diante de tamanha selvageria, fica fácil entender por que o povo dos sertões considerava os revoltosos “um grande rebanho de cangaceiros, um *Lampião* muitas vezes multifacetado” (OTAVIANO, 1979: 143).²⁸

“Uma página da Idade Média”

As atrocidades dos rebeldes contra a população sertaneja não passaram despercebidas às elites pensantes da época. Em artigo escrito para o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, em 1926, o educador Anísio Teixeira menciona a passagem da Coluna pelo estado (MEIRELLES, 1996: 534). Em seu relato, Teixeira condena veementemente a “aventura militar desse jovem capitão de artilharia [sic] Luiz Prestes [que] veio lançar, no seio da sociedade pacata e frágil, o mais profundo sobressalto e a mais perturbadora das confusões e feri-la de morte no seu trabalho e prosperidade presentes na economia sofrida e difícil de sua tenaz laboriosidade e nos alicerces oscilantes de sua organização social”.

Essa corrida sem sentido, através do Estado, de uma horda de rebeldes, que não recua diante de nenhum meio para a consecução dos seus fins imediatos, pilhando, roubando, saqueando, mesmo incendiando e assassinando – além dos incalculáveis prejuízos materiais, espalhou, pela terra sertaneja, aquela onda de pavor quase supersticiosa, de que falamos.

Por toda parte, reinou o sobressalto e a intranquilidade. A vida econômica paralisou-se. Toda sorte de trabalho ficou mais ou menos interrompido.

Continua o educador baiano, em sua catilinária:

E esse abalo se prolonga, como na superfície tranquila de um lago, agitado em único ponto, num raio de trinta léguas em volta do elemento perturbador, que marcham, em ordem de batalha, com coluna central e colunas de retaguardas e flancos e que ocupam militarmente as cidades que saqueiam,

²⁸ Em alguns lugares por onde a Coluna passou, como a cidadezinha de Pio IX, na divisa do Piauí com o Ceará, o próprio nome Luiz Carlos se transformou num tabu, definitivamente maldito: “Desde a passagem dos revoltosos que jamais um menino cristão foi batizado com a graça do seu comandante, promovido a general nas proximidades daquela fronteira” (BRUM, 1994: 93).

pilham e assassinam com o desembaraço insolente de soldados vitoriosos e bárbaros.

Daí o terror inexplicável que tornou cruciante a aflição sertaneja.

Um positivo que tive oportunidade de enviar a Caculé e que esteve, imprevistamente, entre os rebeldes, em S. Sebastião, homem rústico e simples dizia-me assombrado: – “Seu doutor, eles nem parecem gente. Andam vestidos de vermelho e parecem – teve uma pequena hesitação – parecem demônios...”.

Em certos momentos, as palavras indignadas de Teixeira parecem ecoar a prosa de Euclides da Cunha, o que justifica a longa transcrição:

Na minha volta para a Capital tive, de novo, o desprazer de quase encontrar-me com os revoltosos e presenciar as aflições por eles produzidas. [...]

O sertão vivia uma página da Idade Média.

A sua organização social e legal precária sofria o abalo profundo e desorientador que costumava afligir a sociedade medieval quando as guerrilhas entre os senhores aí assolavam.

[...]

Mil e tantos soldados, na mais alucinada das carreiras, percorreram o sertão de norte a sul e de sul a norte, como um flagelo único e diabólico.

E essa população que desconhece profundamente a luta política do litoral e das capitais, que não é ouvida nos acordos nem arranjos partidários do País, viu-se, de um dia para outro, assolada pela mais inclemente das colunas da desordem, porque alguns militares políticos, expulsos dos centros civilizados do País, pretenderam refugiar-se no deserto sertanejo, a fim de escapar às justas represálias do Governo.

Fere-nos assim, a vista, a covardia do procedimento do Capitão Prestes, arrastando, pelo sertão, a última coluna de rebeldes, na qual se amortalham os caprichos mortos do militarismo nacional.

Todo o sertão sofreu e sofre com esse atentado único, que espalhou pelas suas cidades, suas casas, seus lares e suas famílias, todos os flagelos de uma invasão vitoriosa militar.

Porque, para os seus efeitos, foi a Coluna de um exército vitorioso e invasor que percorreu o sertão.

Essa coluna espalhou o terror e a mais profunda desolação.

Toda a atividade de um povo se suspendeu, abandonaram suas casas, os seus trabalhos, as suas próprias famílias. A pequena fortuna acumulada foi roubada. Os frutos presentes do trabalho foram destruídos. A sua confiança que já ia se enfraquecendo nos chefes que se revelavam impotentes e no Governo sempre tardio e tantas vezes maléfico, transformou-se numa espécie de desespero sem remédio.

Feriu-se, assim, no coração a vida sertaneja, a sua relativa prosperidade e o seu relativo conforto.

Não há nisto o menor exagero.

A crônica está se fazendo aí, nos jornais, nos relatos verbais, nas cartas. Todo o sertão está mais do que abalado, está golpeado nas suas fontes vitais: destruiu-se o trabalho, pilharam-se as economias.

Que seria preciso mais para ferir profundamente um povo?

No final, Teixeira faz o seguinte vaticínio: “Mas, isto não há de passar sem o protesto vibrante do elemento sensato brasileiro e sem o castigo exemplar aos responsáveis pela criminosa aventura dos rebeldes”.²⁹

Após espalhar tanto sofrimento e devastação, depois de percorrer 25 mil km (ou 36 mil, segundo Prestes), do contingente original da Coluna, sobraram 620 homens, famintos, doentes e esfarrapados. Traziam consigo 90 fuzis, quatro metralhadoras (quase todas descalibradas) e cerca de 8 mil tiros (LIMA, 1979: 498; MEIRELLES, 1996: 643; SODRÉ, s.d.: 34). “Partiram do Rio Grande como um exército revolucionário de 1.500 homens, alcançaram a Bolívia como uma horda de mortos vivos” (BRUM, 1994: 158). Atrás de si, deixaram inúmeras famílias enlutadas e traumatizadas.

Apesar disso, 100 anos depois, a lenda da “Coluna Invicta” e do “Cavaleiro da Esperança” continua viva.

Que esperança?

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança – Vida de Luiz Carlos Prestes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um revolucionário, 1ª parte – a marcha da Coluna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. V. 2 – de 1889 a 1930. 6ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- BASTOS, Abgvar. *Prestes e a revolução social*. Rio de Janeiro: Editora Calvino, 1946.
- BRUM, Eliane. *Coluna Prestes – O avesso da lenda*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.
- CABANAS, João. *A Coluna da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walter de. *Meio século de combate – Diálogos com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras. 1º volume: Da revolução da República à Coluna Prestes (1889/1927)*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.
- CAVALCANTI, Paulo. *Nos tempos de Prestes – O caso eu conto como o caso foi. Memórias políticas*. 3º volume. Recife: Guararapes, 1982.
- DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista – A intervenção política dos oficiais jovens (1922-*

²⁹O *Alto Sertão da Bahia* – Comunicação feita ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pelo Dr. Anísio Spínola Teixeira – Revista do Instituto, pp. 304-305, nº 52, 1926 (Apud MORAES, 1984: 150 e 152-3).

- 1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *A Coluna Prestes – Rebeldes errantes*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo É História; 103.)
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito – Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói/Rio de Janeiro: EDUFF/Mauad, 2002.
- GRAU, Eros (org.). *Nosso Armênio – Memórias e histórias de Armênio Guedes, o camarada sereno e cordial*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- LANDUCCI, Ítalo. *Cenas e episódios da Coluna Prestes e da Revolução de 1924*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1952.
- LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes – Marchas e combates*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. [2ª ed.: São Paulo: Brasiliense, 1945.]
- MACAULAY, Neil. *A Coluna Prestes*. Tradução de Flora Machman. 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- MARTINS, José de Souza. “A Coluna da Morte e sua Circunstância”, in CABANAS, João. *A Coluna da Morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, pp. XV-XXVII.
- MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras – Uma história da Coluna Prestes*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- MOCELIN, Renato. *Coluna Prestes – A grande marcha*. São Paulo: Editora do Brasil, 1989.
- MORAES, Walfrido. *Jagunços e heróis – A civilização do diamante nas Lavras da Bahia*. 3ª ed. revista e ampliada. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 1984.
- OTAVIANO, Manoel. *A Coluna Prestes na Paraíba (Os mártires de Piancó)*. 2ª ed. João Pessoa: Acauã, 1979.
- PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes, um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SÁ, Coriolano Dias de. *Roteiro da Coluna Prestes*. João Pessoa: Ideia, 2010.
- SANTOS, Davino Francisco dos. *A Coluna Miguel Costa e não Coluna Prestes*. São Paulo: EDICON, 1994.
- SILVA, Hélio. *1926 – A grande marcha*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes – Análise e depoimentos*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas – Memórias. Volume 1*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

Currículo do autor:

Gustavo Henrique Marques Bezerra, nascido em Natal (RN) em 1974, é historiador por formação acadêmica e, desde 2002, diplomata de carreira. É autor dos livros: *Brasil-Cuba: relações político-diplomáticas no contexto da Guerra Fria* (Brasília: FUNAG, 2010); *Da revolução ao reatamento: a política externa brasileira e a questão cubana (1959-1986)* (Brasília: FUNAG, 2012), *O Livro Negro do Comunismo no Brasil: mitos e falácias sobre a história da esquerda brasileira* (Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2019 [2ª edição, revista e ampliada: Jaguatirica, 2024]) e *Os Dois Lados da Moeda: versões e revisões sobre 1964 e os anos de chumbo no Brasil* (Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2024), além de vários artigos acadêmicos. Como diplomata, exerceu diversos cargos no Ministério das Relações Exteriores em Brasília e no exterior, tendo servido nas embaixadas em Caracas, Atenas e Montevidéu. Atualmente, serve como conselheiro na embaixada do Brasil em São José, Costa Rica.